



Aprovada a divisão da segurança entre os entes federativos

Responsabilidade que hoje recai exclusivamente sobre os estados será compartilhada com União, Distrito Federal e municípios, segundo proposta que segue para a Câmara

O Senado aprovou ontem, em dois turnos, proposta de emenda à Constituição que coloca a segurança pública entre as competências comuns de todos os entes federativos, como já acontece com saúde e educação.

Segundo o relator da proposta, Walter Pinheiro, a aprovação rápida em Plenário foi possibilitada pelo trabalho prévio de sistematização na Comissão do Pacto Federativo. O texto faz parte também da Agenda Brasil, que visa ao desenvolvimento. **5**



Jane de Araújo/Agência Senado

A Renan (D), Skaf critica elevação da carga tributária proposta pelo governo

Estados e Fiesp querem opinar sobre volta da CPMF

Os governadores querem participar das discussões sobre a CPMF, segundo um grupo que esteve ontem com Renan Calheiros. Eles defendem a ampliação da alíquota do imposto para que uma parte seja dividida entre estados e municípios. O

presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, também esteve com o presidente do Senado, mas pediu que o Congresso não aprove elevação da carga tributária. Segundo Renan, "é fundamental ouvir todos". **4**

Ex-senador Anibal Diniz vai integrar Conselho da Anatel

Com 55 votos favoráveis, 1 contrário e 1 abstenção, o ex-senador Anibal Diniz teve ontem o nome aprovado pelo Plenário para o Conselho da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Mais cedo, ele passou por sabatina na Comissão de Infrastru-

tura, quando os senadores pediram uma atuação mais firme da Anatel sobre as teles para a melhoria dos serviços e a redução dos preços. Anibal defendeu a universalização da banda larga e se disse contrário à regulamentação do WhatsApp. **7**



Gerardo Magela/Agência Senado

A sabatina de Anibal Diniz em comissão foi conduzida por Ricardo Ferraço



Oswaldo Corneli/Fotos Públicas

A responsabilidade pelo policiamento ostensivo, como o de São Paulo, poderá ser compartilhada com União e municípios

Passa em Plenário compensação para municípios que geram energia **5**

Avança proposta que exclui dos bens da União ilhas sedes de cidades **3**

Cineasta tem nome confirmado para diretoria da Ancine **7**

Religiões africanas cobram investigações

Reunidos ontem em audiência pública, líderes de candomblé, umbanda e outras religiões de matriz africana cobraram providências contra a onda de intolerância religiosa no país. Eles pediram a abertura de uma CPI para investigar atos de

violência contra locais de culto e seguidores das religiões. Cristovam Buarque disse que vai debater o pedido com os demais senadores. Paulo Paim lembrou que a liberdade religiosa e de culto é cláusula pétrea da Constituição. **2**



Gerardo Magela/Agência Senado

Após audiência, senadores Paulo Paim e Cristovam Buarque posam para foto entre representantes de religiões africanas

Vai para a Câmara projeto que agiliza pagamento de dívida trabalhista **6**

Debatedores pedem medidas de proteção para o Rio Araguaia **8**

Indicado para Conselho do Ministério Público apoia mediação **3**

Oposição já tem assinaturas necessárias para criar CPI do BNDES **6**

Religiões africanas pedem CPI contra a intolerância

Em audiência que debateu casos de ataques a terreiros e seguidores da umbanda e do candomblé, participantes e senadores destacaram a necessidade de investigar os crimes e fomentar o respeito

LÍDERES DE CANDOMBLÉ, umbanda e outras expressões religiosas de matriz africana cobraram providências, em audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH), contra a crescente onda de intolerância religiosa no país. Houve pedidos para abertura de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar atos de violência contra locais de culto e seguidores de religiões afro-brasileiras.

O primeiro a defender a instalação de uma CPI foi o babalorixá Joel de Oxaguian, de Planaltina (GO). Antes, ele lembrou que desde 1890, com a fundação da República, o Estado brasileiro passou a ser laico, com garantia de liberdade de religião. No entanto, disse, alguns segmentos estão usando a força, como se tivessem “procuração de Deus”, para tentar impor a todos suas crenças religiosas.

Para Cristovam Buarque (PDT-DF), é preciso deixar claro que o país não aceita conviver com expressões de ódio e violência religiosa. O senador disse que vai debater com os colegas a possibilidade de uma CPI que aborde a questão de intolerância de modo abrangente, e não apenas contra os cultos de matriz africana.

No Entorno do Distrito Federal, dois terreiros de candomblé foram atacados e incendiados nos últimos dias, em Santo Antônio do Descoberto (GO) e Águas Lindas de Goiás (GO). Babazinho de Oxalá, de Santo Antônio do Descoberto, contou que um mês antes os criminosos já haviam invadido o espaço e quebrado várias coisas. Foi lembrado o caso de Kayllane



Joel de Oxaguian, Cristovam, Paim, Mãe Railda, babá Adailton e frei David

Campos, de 11 anos, vítima de uma pedrada na cabeça, no Rio de Janeiro, em junho, por estar vestida com a indumentária de culto de candomblé.

Adna Santos de Araújo, conhecida como Mãe Baiana, da Fundação Cultural Palmares, informou que a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República já recebeu registros de 218 denúncias de atos de violência contra espaços de culto de religiões de matriz africana. Segundo ela, a procuradoria da secretaria está acompanhando os casos, que “não são apenas de violência, mas também denotam racismo e devem ser enquadrados legalmente desse modo, como crime inafiançável”.

Paulo Paim (PT-RS), que preside a CDH, disse que não adianta apenas “chorar sobre o sangue derramado”, mas estimular o debate e fortalecer o respeito à diversidade.

— A liberdade de culto e religião é cláusula pétrea da nossa Constituição. É necessário defender o direito de todos a manter sua identidade e as suas raízes — reforçou.

Na visão do babá Adailton Moreira Costa, do Rio de Janeiro, apenas falar em tolerância não é suficiente. Antes de tudo, disse ele, deve haver respeito à tradição religiosa de cada um.

Diálogo

O babalorixá Pecê de Oxumaré cobrou respeito ao “povo de santo”. Os que fogem disso negam a Bíblia que dizem seguir, afirmou.

O frei David Santos, da Educafro, informou que o papa Francisco tem compromisso com o diálogo interreligioso. E disse que os segmentos que se dizem cristãos, mas estimulam o preconceito, não representam as expressões evangélicas.

— São pessoas desequilibradas, que representam pequenos grupos — afirmou.

Pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Alexandre Brasil citou as ações do Plano Nacional de Direitos Humanos contra a Intolerância Religiosa, como o aperfeiçoamento do sistema de ouvidoria, a produção de relatórios e o estímulo a fóruns estaduais e municipais permanentes de diálogo interreligioso.

Carro elétrico fabricado no Mercosul pode ficar mais barato

Veículos movidos a energia elétrica e produzidos nos países do Mercosul podem ficar isentos do pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A alíquota do tributo varia de zero a 25%, dependendo do modelo. Estão livres do imposto os caminhões.

A isenção foi aprovada pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, mas o PLS 415/2012 ainda será votado em comissões do Senado. O relator, Blairo Maggi (PR-MT), destacou o benefício dos automóveis elétricos ao meio ambiente, pois contribuem para reduzir as emissões de gases.

A representação aprovou

ainda audiência sobre erros de tradução em tratados comerciais firmados pelo Mercosul e países africanos, a ser realizada daqui a duas semanas.

O presidente da representação, Roberto Requião (PMDB-PR), informou que segunda-feira, no Uruguai, haverá sessão do Parlasul para escolha dos presidentes das dez comissões permanentes.

O senador lembrou que é preciso haver quórum dos parlamentares brasileiros, pois cabe ao Brasil a presidência das Comissões de Meio Ambiente e de Trabalho e a vice-presidência das de Assuntos Econômicos e de Educação.

Comissão vai fiscalizar Minha Casa, Minha Vida

O Plenário do Senado aprovou ontem requerimento de Roberto Rocha (PSB-MA) para criação de comissão temporária visando ao acompanhamento do Programa Minha Casa, Minha Vida. O colegiado funcionará por 12 meses e terá seis senadores titulares e seis suplentes.

Na justificativa, o senador manifesta preocupação com atrasos nas obras e aumento do desemprego nas construtoras e também chama a atenção para falhas constatadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) na fiscalização do programa.

Especialistas apoiam criação do Dia de Combate à Tortura

A Comissão de Educação (CE) debateu ontem o PLS 417/2013, que institui o Dia Nacional de Combate à Tortura. Os convidados da audiência elogiaram a iniciativa, de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), para conscientizar a sociedade sobre a perpetuação de práticas de tortura pelo Estado.

O secretário-executivo da Comissão Nacional de Verdade, André Saboia Martins, afirmou que as forças policiais usam métodos de tortura.

— O que leva o Estado a promover no país práticas cruéis, características do colonialismo? — indagou.

Hellen Falcão de Carvalho,

da Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB, destacou as prisões, onde detentos são submetidos a tratamento inadequado.

— Temos magistrados, em cidades mais afastadas, que colocam o banho de sol das 12h às 14h, para que [os presos] fiquem fragilizados.

Randolfe escolheu 14 de julho para porque nesse dia, em 2013, desapareceu no Rio de Janeiro o pedreiro Amarildo Dias de Souza, com paradeiro desconhecido. Acredita-se que ele tenha sido executado por policiais militares.

Telmário Mota (PDT-RR), anunciou parecer pela aprovação da matéria.

Debate condena exploração sexual de mulher em evento esportivo

A Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados e a Procuradoria Especial da Mulher do Senado promoveram ontem encontro do Projeto Pauta Feminina sobre o tema “A exploração sexual de mulheres em grandes eventos esportivos”.

A deputada Carmen Zannotto (PPS-SC), mediadora do evento, disse, sobre o aumento do crime durante os eventos esportivos, que não se pode aceitar “a venda

de crianças, adolescentes e mulheres junto aos pacotes de turismo” e apelou por um turismo saudável.

Entre os convidados, estavam a atleta e professora de educação física Rebeca Gusmão; a coordenadora-geral de Fortalecimento da Rede de Atendimento da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Fernanda Papa; e a assessora da Secretaria Nacional de Segurança Pública Beatriz Cruz.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois das 21h de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



CRA Defesa agropecuária

8h Audiência pública interativa para analisar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária e temas correlatos.

CDH Lançamento de livro

9h Audiência pública interativa para debater o tema e lançar o livro *Liberdade atrás das grades — pedagogia social, política pública e cultura de paz*. Às 14h, audiência pública interativa sobre o assassinato de Antônio de Araújo sob tortura, ocorrido em Planaltina (DF).

CMO Ajuste fiscal

9h Comissão Mista de Orçamento faz reunião reservada com os ministros da Fazenda, Joaquim Levy, e do Planejamento, Nelson Barbosa.

CMA E CMMC Encíclica

9h30 As Comissões Mista de Mudanças Climáticas e de Meio Ambiente fazem audiência pública conjunta e interativa sobre a encíclica do papa Francisco.

CRE Defesa

10h Audiência sobre a indústria de defesa. Depois, análise de acordo internacional, de criação de grupo parlamentar e de indicação para embaixador na Tunísia.

PLENÁRIO Sessão especial

11h Homenagem ao parlamentar Antonio Mariz pelos 20 anos de falecimento. Às 14h, sessão deliberativa.

PRESIDÊNCIA Indústria

12h30 Renan Calheiros recebe o presidente da CNI, Robson Andrade.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, reunião da Comissão de Relações Exteriores. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Projeto exclui dos bens da União áreas de marinha em ilha sede de município

Aprovada ontem em comissão, proposta que segue ao Plenário pretende pôr fim a interpretações divergentes sobre domínio das ilhas

AGENDA BRASIL

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem proposta de emenda à Constituição que exclui expressamente da relação de bens da União as áreas de marinha localizadas em ilhas costeiras que são sedes de municípios — como as cidades de Florianópolis, Vitória e São Luís.

A iniciativa (PEC 71/2013) é de Ricardo Ferraço (PMDB-ES) e teve voto favorável da relatora, Rose de Freitas (PMDB-ES). A proposta faz parte da Agenda Brasil e segue para dois turnos de discussão e votação no Plenário do Senado.

Segundo Ferraço, a Emenda Constitucional 46 já teria excluído as ilhas costeiras que sediam municípios do rol de



Florianópolis é uma cidade onde terminaria cobrança por terreno de marinha

bens da União. No entanto, até hoje persistiriam dúvidas sobre o dispositivo reformulado, o que tem levado à taxaço em duplicidade, pelos governos federal e municipais, de proprietários de imóveis em áreas consideradas terreno de marinha nas ilhas.

“A PEC pretende superar esse

impasse, deixando claro no texto constitucional a exclusão dos bens da União das áreas de terrenos de marinha e seus acrescidos nas ilhas costeiras, sedes de municípios. Assim, sem colocar em risco a receita da União, mas vislumbrando benefício significativo para grande número de brasileiros,

se encaminha a solução definitiva para a questão que envolve a propriedade dos terrenos de marinha”, avalia o senador na justificativa da proposta.

Rose de Freitas recomendou a aprovação da medida. Diante das interpretações divergentes sobre o assunto, ela considera mais adequado que seja feita nova alteração na Constituição.

Para a senadora, as interpretações sobre o dispositivo são “inconciliáveis”: para alguns, permanece como propriedade da União a área de sede de município em ilha costeira situada em terreno de marinha; para outros, a redação alterada elimina essa dominialidade. Assim, é necessário que seja novamente alterado o regime constitucional de domínio da União, afirmou.

Indicado para o Conselho do MP defende mediação

O uso de meios alternativos de solução de conflitos no Judiciário — como a mediação e a conciliação — voltou a ser defendido ontem em sabatina da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Desta vez, a defesa foi feita pelo juiz federal Valter Shuenquener de Araújo, cuja indicação para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) foi aprovada pela comissão. Semana passada, o tema também foi defendido por indicados ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A indicação de Shuenquener segue para análise do Plenário, em regime de urgência.

Ao relatar a experiência profissional na assessoria do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux, o juiz citou mediações bem-sucedidas na Corte que puseram fim, por exemplo, a ações que se arrastavam há mais de 30

anos. Entre elas, a mediação que encerrou a maior greve do funcionalismo estadual e municipal do Rio de Janeiro, além da paralisação da guarda municipal do Rio às vésperas da Copa de 2014.

— Estamos observando uma evolução na celeridade processual e isso vai ficar mais evidente com o novo Código de Processo Civil [CPC], que reduziu o número de recursos e estimulou a conciliação e a mediação. O Brasil tem 95 milhões de processos em tramitação e, ainda que se contratem mais juizes, isso nunca vai ser suficiente para fazer frente a esse volume — reconheceu o magistrado, considerando que o CNMP pode inovar ao nivelar e uniformizar a duração do processo.

Na avaliação do juiz, a mediação poderia otimizar as ações de execução fiscal da União, que teria R\$ 1,3

bilhão a receber de empresas devedoras.

— Quando se otimiza a execução, isso se reflete no aumento da arrecadação. Em vez da proliferação de programas de recuperação fiscal, se tivesse espaço para negociação com regras objetivas [mediação], muitas poderiam ser anistiadas [e o crédito, recebido]. Sou muito favorável a soluções alternativas para resolver os litígios — reforçou Shuenquener.

Opinião pública

Os senadores Jader Barbalho (PMDB-PA), Valdir Raupp (PMDB-RO) e Marcelo Crivella (PRB-RJ) criticaram a postura de alguns juizes e membros do Ministério Público na condução de processos de interesse da opinião pública.

— Do meu ponto de vista, cada juiz e cada membro do MP são prestadores de servi-

ço. O que o povo quer é que vocês prestem o seu serviço, que é interpretar e aplicar a lei. Quem faz lei é quem tem voto e tem representação — disse Jader.

Raupp condenou o vazamento de informações na imprensa que correriam em segredo de Justiça. Já Crivella, relator da indicação de Shuenquener, chamou a atenção para o peso da humilhação e do desalento de uma condenação pública antecipada sobre autoridade investigada.

— Isso é inominável e não se tem como avaliar [a extensão de seus efeitos] — argumentou Crivella.

Durante a sabatina, o juiz respondeu ainda a questionamentos dos senadores Eduardo Amorim (PSC-SE), Antonio Anastasia (PSDB-MG), Blairo Maggi (PR-MT), José Pimentel (PT-CE) e Alvaro Dias (PSDB-PR).

CPI do Futebol cancela reunião administrativa

A reunião da CPI do Futebol marcada para ontem foi adiada. A comissão analisaria requerimentos e tomaria decisões sobre o curso de suas atividades. Ainda não há data agendada para o próximo encontro.

Na terça-feira, a CPI já havia cancelado uma audiência pública na qual receberia ex-jogadores e representantes do Bom Senso Futebol Clube, movimento independente de atletas.

Adiada análise de abertura do capital da aviação nacional

Dois projetos do Senado (PLSs 2 e 330, de 2015) que tratam da abertura da aviação civil brasileira ao capital estrangeiro foram retirados da pauta de votações da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) ontem.

A decisão ocorreu depois que Flexa Ribeiro (PSDB-PA), autor do PLS 2, informou ter apresentado requerimento à Mesa do Senado solicitando a tramitação conjunta das duas propostas.

Antonio Anastasia (PSDB-MG) conseguiu aprovar tam-

bém na CCJ requerimento de audiência pública sobre o assunto com representantes da Secretaria de Aviação Civil, da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), dos aeronautas e das empresas aéreas.

— O projeto não veio para prejudicar, mas para beneficiar o setor — afirmou Flexa.

Autor de voto em separado pela rejeição das duas propostas, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) apoiou a iniciativa de fazer um debate prévio à

discussão e votação do PLS 2 e do PLS 330, este de autoria de Raimundo Lira (PMDB-PB). O mesmo fez Ricardo Ferraço (PMDB-ES), relator do PLS 2, que, com a tramitação conjunta das propostas, deverá abrir mão da relatoria em favor de Jader Barbalho (PMDB-PA), relator do PLS 330.

— O que ocorre hoje é o monopólio de duas empresas que se apresentam como nacionais, uma delas já entregue a uma empresa do Chile, e o passageiro é quem sofre com isso — disse Jader.

Dengue em São Paulo dispara antes mesmo do verão, alerta Marta

Marta Suplicy (sem partido-SP) lamentou ontem em Plenário o aumento de



Marcos Oliveira/Agência Senado

casos de dengue em São Paulo, sublinhando que somente neste ano a doença causou mais de 370 mortes no estado. Ela alertou para a proliferação do mosquito da dengue na época mais fria do ano. Essa é uma situação pouco usual e aponta risco de epidemia no verão, disse.

A senadora avalia que as medidas de combate e prevenção não estão tendo repercussão, apesar de o governo do estado ter contratado 500 agentes temporários.

Lasier cobra punição dos culpados pela tragédia na boate Kiss

Lasier Martins (PDT-RS) cobrou do Judiciário atenção e rapidez para a conclusão do



Marcos Oliveira/Agência Senado

caso da boate Kiss. Ele assinalou que, quase três anos depois do incêndio em Santa Maria (RS), os familiares das centenas de vítimas estão indignados.

— A demora na prestação da Justiça nos deixa tristes e com a amarga sensação de que os jovens foram imolados em sofrimento indizível, enquanto os culpados, seja por negligência, descaso, má-fé, incúria ou qualquer outra razão, escapam de uma Justiça que é fraca.

Bezerra elogia plataforma que reúne voluntários no Recife

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) elogiou o Projeto Transforme Recife, uma



Marcos Oliveira/Agência Senado

plataforma digital criada pela Prefeitura do Recife para promover o trabalho social. Segundo ele, fazem parte dessa rede voluntários e entidades que precisam do trabalho dessas pessoas para melhorar a cidade:

— O projeto tem cadastrados 37 mil cidadãos que, juntos, já dedicaram 170 mil horas de trabalho voluntário. Um feito incrível que faz do Recife a capital mais solidária do país e mostra que é possível contar com a participação da população.

Governadores querem debater volta da CPMF

Representantes de nove estados estiveram ontem no Senado e pediram a ampliação da alíquota proposta pelo Executivo, para que seja dividida entre os entes federativos

GOVERNADORES DE OITO estados e uma vice-governadora estiveram ontem com o presidente do Senado, Renan Calheiros, para reivindicar participação nas discussões sobre a recriação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Eles querem que a alíquota seja ampliada de 0,2%, como proposta pelo governo federal, para 0,38%, e que o percentual de 0,18% seja dividido entre estados e municípios.

Na segunda-feira, o Executivo anunciou que vai recriar a CPMF para aumentar a arrecadação. A medida é parte de um pacote de ajuste fiscal.

— O fundamental é ouvir todos, ouvir os governadores também, recolher pontos de vista, melhorar as propostas

e ver, do ponto de vista do Legislativo, o que é possível fazer. Há uma preocupação de todos com relação a essa questão fiscal, à falta de respostas. Eu acho que o Legislativo, com bom senso, tem que encaminhar essas questões — disse Renan.

Participaram da reunião os governadores do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão (PMDB); do Tocantins, Marcelo Miranda (PMDB); do Piauí, Wellington Dias (PT); da Bahia, Rui Costa (PT); de Minas Gerais, Fernando Pimentel (PT); de Alagoas, Renan Filho (PMDB); do Amapá, Waldez Góes (PDT); o governador em exercício de Sergipe, Belivaldo Chagas (PSB); e a vice-governadora do Acre, Nazareth Lambert (PT).

Nenhum imposto pode ser criado sem a aprovação do

Congresso e só pode ser cobrado no ano seguinte ao da aprovação.

— Os governadores querem se inserir nesta discussão. Não estamos aqui para cobrar uma posição sobre quem é a favor ou contra. Estamos aqui para debater o assunto, que é urgente, considerando a situação financeira dos estados — disse o governador Renan Filho.

Votação

A recriação da CPMF deve ser apresentada como proposta de emenda à Constituição, que passará por votação em dois turnos em cada Casa do Congresso. A aprovação exige maioria qualificada de três quintos dos parlamentares (49 senadores e 308 deputados).

Para Renan Calheiros, “não



Renan recebe governadores e diz que é fundamental ouvir todos os pontos de vista

é prudente predizer o que vai acontecer com relação à elevação da carga tributária no Senado, porque essas matérias começam a tramitar na Câmara. Não é prudente antecipar passos”, concluiu.

— O buraco fiscal está posto. Os governadores estão preocupados com a questão fiscal. Eles não ousam dizer qual o caminho que o Legislativo tem de seguir, mas pedem que nós possamos colaborar com uma definitiva solução — explicou.

Ele acrescentou que não há como sonegar o debate e que todas essas questões serão discutidas.

— Não temos uma temperatura exata. Não temos, do ponto de vista do Congresso, como predizer o que vai acontecer, se a situação melhorou ou se

agravou. Nunca é fácil aumentar imposto. É sempre uma tarefa difícil. Não é oportuno o presidente do Senado declarar se é a favor ou contra a carga tributária. O Legislativo sempre resistiu a aumento de imposto historicamente — disse.

Cortes

Renan defendeu que o governo aprofunde seus cortes. Para ele, muitas vezes, é melhor cortar despesas do que elevar a carga tributária. E o desafio do Congresso é decidir sobre isso.

— Estamos preparados e querendo colaborar com o Brasil. Quando há dúvida quanto à profundidade do corte, você deslegitima o esforço, deslegitima qualquer alternativa para elevação da receita — avaliou.

Fiesp alega que ajuste aumenta carga tributária

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, pediu ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que os parlamentares não aprovelem elevação da carga tributária. Em visita ontem, ele não poupou críticas ao pacote apresentado pelo governo.

— Esse ajuste virou miragem porque o governo, ao invés de reduzir gastos, melhorar a gestão, reduzir impostos e juros, faz o contrário. O governo tenta aumentar impostos

fazendo com que a sociedade pague o pato mais uma vez. E a sociedade não está a fim — declarou Skaf.

Na avaliação do presidente da Fiesp, os cortes significam apenas transferência de fonte de recursos.

— O que era do Tesouro passou para o FGTS. O que era do Tesouro foi para as emendas parlamentares. Mais uma vez o governo não tomou as medidas que tinham que ser tomadas, como a redução de gastos públicos.

Humberto: medidas são impopulares, mas necessárias

Humberto Costa (PT-PE) disse que as medidas do pacote fiscal anunciado pelo governo esta semana, apesar de impopulares, como

o aumento de impostos, podem se mostrar realmente necessárias para que o país reequilibre suas contas. O senador ressaltou que o governo está preservando os programas sociais e que os petistas fizeram a maior distribuição de renda da história do país.

— Está correto o governo em procurar esse equilíbrio, mas não é possível que essa conta venha a ser paga, mais uma vez, pelos trabalhadores.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Cássio diz que improvisos chegam à irresponsabilidade

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) citou editorial da *Folha de S. Paulo* que analisa “o desmando e os improvisos” do governo na tentativa de debelar a crise. Ele entende que a presidente Dilma Rousseff perdeu qualquer condição de governabilidade e que o pacote elaborado no último fim de semana “é um improviso que raia à beira da irresponsabilidade”.

— Um governo que faz lembrar o Titanic, que ia a pique e a orquestra tocando. O grande transatlântico afundando e a orquestra tocando para tentar entreter os passageiros.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Randolfe critica cortes anunciados pelo Executivo

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) classificou de contraditório o pacote anunciado pelo governo com medidas de cortes nas despesas e aumento da arrecadação por meio da elevação e recriação de impostos, como a CPMF.

Na opinião do senador, essas medidas transferem para os trabalhadores e servidores públicos a conta mais alta do ajuste fiscal.

— Por outro lado, o governo deve sugerir a redução do IOF, o que deve beneficiar os bancos. Não é à toa que apenas a Federação Brasileira dos Bancos apoiou as medidas do governo.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Governo tem que saber dialogar, afirma Pinheiro

Walter Pinheiro (PT-BA) afirmou ontem que sua filiação partidária não o impede de criticar as medidas de ajuste do governo e sugerir alternativas. O senador comparou o momento à travessia de um deserto, que exige do governo capacidade para dialogar com o Congresso e apresentar ao país medidas articuladas.

— Como disse Saint-Exupéry [escritor francês], o que torna belo o deserto é que ele esconde um poço em algum lugar. Eu quero saber se eu vou encontrar esse poço ou a gente vai pro fundo do poço.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Reguffe anuncia que vai votar contra a recriação da CPMF

Reguffe (PDT-DF) comunicou que vai votar contra a recriação da CPMF proposta pelo governo no ajuste fiscal. O senador lembrou que a

carga tributária brasileira já é enorme — em torno de 36% do PIB —, sendo a maior entre os países emergentes.

— O que precisa é o governo ser eficiente, qualificar melhor o seu gasto, reduzir o tamanho da sua máquina e não aumentar a máquina tributária para o contribuinte. Não dá pra entender que, com uma carga tributária de 36% do PIB, ainda tenha que se pensar em aumento de impostos.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Caiado apresenta PEC que proíbe impostos por 4 anos

Ronaldo Caiado (DEM-GO) apresentou proposta de emenda à Constituição que impede que se crie ou se aumente impostos por um período de quatro anos. Ele disse que esse período é suficiente para que o Congresso elabore um novo pacto federativo a fim de que o futuro governo seja menos intervencionista e mais amigável com a livre iniciativa.

— O Congresso pode colocar um dique nessa derrama por quatro anos e, assim, provar o sangue do debilitado organismo da economia brasileira — disse o senador.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Cassol rejeita novas taxas e pede menos despesas

Ivo Cassol (PP-RO) adiantou que vai votar contra a CPMF e pediu à presidente Dilma Rousseff que corte mais despesas, inclusive ministérios, para conter a crise.

Ele pediu à presidente que comece a cortar os gastos porque “aí começa a sobrar dinheiro”. O senador ressaltou que, em primeiro lugar, é preciso pagar todos os débitos que o governo federal tem, o que vai permitir a circulação de dinheiro e a arrecadação de impostos.

— Vou deixar muito bem claro: sou contra, voto contra a criação de novos impostos — afirmou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Para Medeiros, ajuste prejudica servidores públicos

José Medeiros (PPS-MT) disse estar preocupado com as medidas econômicas do governo, uma vez que os servidores públicos dos três Poderes serão prejudicados.

Para começar, disse o senador, o reajuste salarial dos funcionários, que deveria ocorrer no começo do ano que vem, foi adiado para meados de 2016.

— O governo demoniza os servidores. Parece que a máquina está inchada, mas não está. É importante que a população diferencie cargos comissionados e máquinas eleitorais dos servidores de carreira — explicou.



Marcos Oliveira/Agência Senado

União, estados, Distrito Federal e municípios passarão a compartilhar a responsabilidade, de acordo com proposta de emenda à Constituição que segue agora para votação na Câmara dos Deputados

Senado aprova proposta que fortalece segurança pública



O PLENÁRIO APROVOU ontem o relatório da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 33/2014, conhecida como PEC da Segurança Pública, que inclui na Constituição a segurança pública como uma das obrigações comuns de União, estados, Distrito Federal e municípios. Em primeiro turno, foram 55 votos a favor e nenhum contrário. Um acordo de lideranças permitiu a votação em segundo turno na mesma sessão, quando a proposta recebeu 59 votos favoráveis e nenhum contra. O texto, que integra o pacto federativo e a Agenda Brasil, segue agora para a Câmara.

O relator da PEC, Walter Pinheiro (PT-BA), acatou parte das emendas sugeridas e disse que a proposta busca uma convergência de ações entre os entes federados. Ele



Na sessão, senadores apoiam a proposta e ressaltam que é possível avançar

defendeu o sistema nacional de dados criminais como forma de facilitar a circulação de informações entre estados, municípios e União. O senador informou que conversou com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para chegar a um texto que atendessem as necessidades de estados e municípios. Pinheiro é presidente da Comissão do Pacto Federativo, onde a PEC também foi analisada. Ele destacou o trabalho de sistematização de todos os projetos sobre o pacto na comissão, que permitiu mais rapidez em Plenário.

Pela PEC, de autoria de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), a segurança pública passa a figurar no artigo 23 da Constituição, que trata das competências comuns dos entes federativos, e também será inserida no artigo 24, que fala dos temas sobre os quais tanto a União quanto os estados e o DF podem legislar.

De acordo com o senador, a Constituição estabeleceu o compartilhamento de competências para temas sensíveis como saúde e educação, mas deixou de fora a segurança

pública. Para ele, isso cria uma situação difícil para os estados, que são responsáveis exclusivos pelo tema.

— Essa PEC é uma forma de corrigir uma lacuna do constituinte — disse Ferraço.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que há uma “evidente convergência” em relação à urgência e à importância da proposta. Lindbergh Farias (PT-RJ) classificou a PEC como um avanço, mas disse que é preciso melhorar e defendeu a PEC 51/2013, dele, que reestrutura a segurança pública a partir da desmilitarização da polícia. Aécio Neves (PSDB-MG) afirmou que a proposta é um “passo importante”. Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que, sem um papel mais intenso da União, não é possível enfrentar a “guerra civil” que o Brasil vive. Ele aproveitou para defender a educação como veículo de enfrentamento da violência. Para João Capiberibe (PSB-AP), a PEC garante a liberdade. Ele cobrou a votação da PEC 24/2012, que instituiu o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública.

Ferraço: poder público deve garantir ambiente de paz ao cidadão

Antes da votação em Plenário, Ricardo Ferraço discursou na tribuna, convocando os demais senadores a debater e votar a PEC, que foi o primeiro item da pauta de ontem.

— Não há como negar que a questão da segurança pública exige o esforço comum de todos os entes da Federação brasileira para assegurar ao cidadão uma ambiência de paz e segurança — afirmou.

Para Blairo, mudanças sugeridas pelo Executivo não devem ser aprovadas



Blairo Maggi (PR-MT) disse que, se o governo tivesse proposto há 60 dias as mudanças que propõe agora, como a recriação da CPMF, talvez elas tivessem sido aprovadas. O senador avalia que a população e o Congresso Nacional dificilmente aceitarão a CPMF agora se o governo não tomar atitudes mais firmes para diminuir os gastos públicos, reduzindo o número de ministérios, de comissionados, de passagens e de diárias, por exemplo.

— Não podemos é jogar mais uma vez a oportunidade fora. O governo precisa fazer um corte. E nós não vamos sair da crise com pacotes paliativos.

Pacote fiscal contribui para a recessão e o desemprego, afirma Paim

Paulo Paim (PT-RS) disse ontem que o pacote de ajuste fiscal anunciado pelo governo federal pode contribuir para a recessão, o desemprego e o arrocho salarial, visto que as medidas anunciadas pela presidente Dilma Rousseff vão repercutir sobre os trabalhadores e os empreendedores de todo o país.

Paim disse que a “voz comum” entre os representantes das centrais sindicais e dos movimentos sociais é a de que o pacote “vem na contramão de tudo aquilo que o povo tem manifestado nas grandes mobilizações realizadas país afora”.

— O foco [do pacote fiscal] continua ainda muito pegando o “andar de baixo”, o que preocupa a todos — afirmou.

Flexa comemora criação do Fundo de Exportação e cobra mais avanços



Flexa Ribeiro (PSDB-PA) comemorou a aprovação do projeto (PLC 127/2015) que cria o Fundo de Exportação (FEX), atendendo demanda de governadores e senadores de estados exportadores de produtos primários.

O senador ressaltou que, em 2014, enquanto o saldo na balança comercial do seu estado foi US\$ 15 bilhões, a compensação da Lei Kandir foi algo em torno de R\$ 220 milhões.

Ele também defendeu a aprovação do projeto de sua autoria que cria o novo marco da mineração e a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (PLS 1/2013).

Valdir Raupp celebra transferência de servidores para União



Valdir Raupp (PMDB-RO) comemorou o começo da transferência, efetivada ontem, em Porto Velho, dos servidores de Rondônia para os quadros da União.

O senador disse que a lei resultou de muita discussão e, conforme lembrou, também servidores de outros ex-territórios serão atingidos, como os de Roraima e Amapá.

— Hoje é um dia importante para os envolvidos nessa causa, principalmente na vida daqueles que foram transpostos. Tenho a convicção de que a bancada rondoniense está comemorando este dia, que é resultado do trabalho de todos.

Compensação a municípios que geram energia passa em Plenário

O Plenário aprovou ontem por unanimidade projeto que prevê a compensação dos municípios geradores de energia elétrica com aumento do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A proposta havia sido aprovada mais cedo na Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo e segue à Câmara.

De autoria de Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), o projeto (PLS 525/2015) visa compensar a perda de receita dos municípios com usinas hidrelétricas instaladas e que foram afetados pela Medida Provisória (MP) 579/2012, que reduziu as tarifas de energia elétrica.

A Lei 12.783/2013, proveniente da MP, ofereceu às concessionárias de geração de energia a possibilidade de prorrogar a concessão mediante redução de tarifas.

O projeto destaca que a lei provocou queda de até 70% no preço da energia, redu-

zindo a arrecadação do ICMS decorrente da distribuição de energia.

Segundo o presidente da Comissão do Pacto Federativo, Walter Pinheiro (PT-BA), que relatou a proposta, a queda na arrecadação afetou principalmente os municípios com usinas hidrelétricas que aderiram ao acordo de redução de tarifas. O Brasil tem 175 municípios com usinas. Dezoito deles tiveram prejuízo com a mudança da lei.

Senadores comemoraram a aprovação do PLS. Marta Suplicy (sem partido-SP) e José Serra (PSDB-SP), entretanto, alertaram para um problema que a proposta causará: pelo menos sete municípios paulistas perderão receitas com a redistribuição do ICMS.

A sugestão dos senadores foi levantar quais cidades em todo o país seriam prejudicadas com o projeto de lei e apresentar uma nova proposta para compensar esses municípios.

Instaladas três novas comissões mistas para análise de medidas provisórias

Três comissões mistas para análise de medidas provisórias foram instaladas ontem. Elas vão examinar as MPs 689/2015, 690/2015 e 691/2015.

A primeira comissão instalada foi a da MP 691. Pelo texto, a União poderá vender imóveis de sua propriedade, incluindo os terrenos de marinha situados em área urbana de municípios com mais de 100 mil habitantes. O objetivo do governo com a medida é gerar receita.

O senador Roberto Rocha (PSB-MA) será o presidente da comissão e o deputado Lelo Coimbra (PMDB-ES), o relator.

Já a MP 689 obriga o servidor público licenciado ou afastado sem remuneração a pagar a sua parte e a parcela devida à Previdência Social pelo órgão empregador.

O senador Paulo Rocha (PT-PA) foi eleito presidente da comissão e deputado Nilson Leitão (PSDB-MT), o relator.

A MP 690 altera a forma de tributação de bebidas quentes, como cachaça, vinho, uísque e vodca, e acaba com a isenção do PIS-Pasep e da Cofins a produtos eletrônicos como computadores e tablets.

O deputado Celso Maldaner (PMDB-SC) será o presidente da comissão e o senador Humberto Costa (PT-PE), o relator.

Comissão aprova adequação da CLT ao novo Código de Processo Civil, sancionado em março, tornando mais rápida a cobrança de débitos já reconhecidos pela Justiça do Trabalho

Cobrança de dívida trabalhista pode ser agilizada

DEVE SEGUIR PARA a Câmara projeto que agiliza a cobrança dos débitos trabalhistas já reconhecidos pela Justiça do Trabalho (PLS 606/2011). A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou a proposta em primeira votação na semana passada. Como não recebeu emendas, o texto foi definitivamente aprovado ontem e só será votado pelo Plenário do Senado se houver recurso.

O projeto, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), propõe novas regras para o cumprimento das sentenças e a execução dos

títulos extrajudiciais, como termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho e os termos de conciliação originários de comissões de conciliação prévia. O objetivo é adequar a execução trabalhista às novas normas do Código de Processo Civil, sancionado em março.

A relatora na CAS, Ana Amélia (PP-RS), fez uma mudança no texto para dispensar a caução nos casos de crédito decorrente de ato ilícito, até o limite de dez vezes o valor do salário mínimo, se o credor demonstrar necessidade.

Antes o texto estabelecia o limite de 30 vezes o valor do mínimo, o que não satisfaz as confederações empresariais.

O projeto foi apresentado por Romero Jucá (PMDB-RR), após sugestão do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Ele apoiou a nova versão.

— A senadora Ana Amélia construiu uma convergência de propostas que transforma esse projeto em um instrumento importante para o trabalhador brasileiro.

Por falta de quórum, os demais itens da pauta da CAS serão examinados no dia 23.



Relatora do projeto, Ana Amélia mudou o texto para conseguir a aprovação

Medida sobre débitos tributários recebe críticas

Participantes de audiência pública sobre a Medida Provisória (MP) 685/2015, que facilita o pagamento de débitos com a Receita, defenderam o aperfeiçoamento do texto.

Pela proposta, que cria o Programa de Redução de Litígios Tributários, as empresas interessadas deverão pedir a adesão até o dia 30 deste mês.

Segundo o ex-secretário da Receita Federal Everardo Maciel, a ideia da MP é boa, sobretudo no contexto de crise econômica e de déficit orçamentário. Ele sugeriu, contudo, que seja modificado o texto original para que a adesão possa se dar em até 90 dias após a vigência da lei.

Everardo Maciel também criticou a exigência de que as empresas apresentem até 30 de setembro de cada ano uma declaração de planejamento tributário. Para ele, a regra afeta a capacidade de empreender.

A MP obriga os contribuintes a apresentar estratégias de planejamento tributário para, segundo o governo, aumentar a segurança jurídica no ambiente de negócios do país.

O presidente do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos no Estado de São Paulo (Sindusfarma), Néelson Mussolini, condenou o aumento de taxas previsto na MP. O texto permite a elevação

de 11 taxas federais. Segundo Mussolini, a incidência média de impostos sobre medicamentos no mundo é de 6,3%, enquanto no Brasil é de 33,9%.

O subsecretário de fiscalização da Receita, Lázaro Jung Martins, afirmou que a proposta avança na transparência com os contribuintes:

— Não percamos a oportunidade de aperfeiçoar a declaração de planejamento tributário e deixar um legado.

Relator na comissão mista que faz a análise prévia da MP, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) afirmou que as informações e as sugestões serão levadas em consideração quando elaborar o parecer.

Oposição cobra criação da CPI do BNDES e diz que já tem assinaturas

A oposição declarou já ter obtido 35 assinaturas para a criação da comissão parlamentar de inquérito (CPI) destinada a investigar as operações de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O anúncio foi feito ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que deve marcar reunião na próxima semana para definir a data da leitura do requerimento de criação da comissão.

A cobrança de criação da CPI foi reiterada pelos senadores Ronaldo Caiado (DEM-GO) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), que desde

julho cobram investigações no BNDES. A criação de CPI no Senado exige o mínimo de 27 assinaturas do total de 81 parlamentares.

Caiado disse que já conta com assinaturas de toda a bancada do PSB e defendeu a criação imediata do colegiado. Randolfe frisou que a obtenção do número mínimo de assinaturas indica que “não há mais dúvidas sobre a necessidade de instalação da CPI”.

— A CPI é fundamental e inadiável para o Brasil, para que investigue as operações de financiamento — disse Randolfe.

Vanessa quer que STF rejeite doação de empresa em eleição

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse esperar que o Supremo Tribunal Federal (STF) ponha fim às doações de empresas a campanhas eleitorais. Ontem o STF reiniciou o julgamento da ação que pede que essas doações sejam declaradas inconstitucionais.

A senadora considera a doação “uma promiscuidade” entre coisa



privada e pública. Para ela, é inaceitável que o Brasil continue tendo campanhas eleitorais milionárias, como a de deputado, que custa cerca de R\$ 20 milhões.

— O que temos que fazer é mudar a estrutura. Se for proibido, todos estaremos sob essa regra e o que acontecerá é que a campanha ficará mais barata — disse.

Viana defende campanhas sem financiamento privado

Jorge Viana (PT-AC) destacou ontem a retomada do julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a constitucionalidade do financiamento privado de campanhas eleitorais. A Corte deve continuar a análise hoje.

O senador disse esperar que o STF declare inconstitucional a doação empresarial para partidos e candidatos.



Viana observou que a ação no STF foi capitaneada pela OAB.

— Se quisermos moralizar a atividade política, se quisermos resgatar a força e o respeito da sociedade com os partidos, se quisermos trazer de volta o prestígio para a atividade parlamentar, temos que pôr fim ao financiamento empresarial das campanhas.

Telmário comemora filiação de Ciro Gomes ao PDT

Telmário Mota (PDT-RR) comemorou, na terça, a filiação do ex-ministro e ex-governador do Ceará Ciro Gomes e de seu grupo ao PDT. O senador lembrou que Ciro entrou na política aos 25 anos e destacou o relevante papel prestado pelo político ao Ceará, ao Nordeste e ao país.

Telmário deu boas vindas aos novos integrantes



do PDT e desejou que juntos possam construir uma história e um projeto de governo para o futuro.

— Ciro Gomes não veio para o PDT como uma candidatura construída, mas ele veio se somar a um projeto que o partido está preparando para o nosso país. Quero dar as boas-vindas ao Ciro, ao Cid e a todo seu grupo.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Anibal Diniz é confirmado para Conselho da Anatel

Ex-senador foi sabatinado no Senado e sua indicação à diretoria da agência, aprovada. Ele defendeu a universalização da banda larga e se disse contrário à regulamentação do aplicativo WhatsApp

O SENADO APROVOU ontem a indicação do ex-senador Anibal Diniz para o Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Ele recebeu 55 votos favoráveis e 1 contrário. Houve 1 abstenção.

Antes da votação em Plenário, Anibal passou por sabatina na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) pela manhã. Na ocasião, ouviu relatos indignados dos senadores pelas dificuldades enfrentadas, especialmente em municípios do Norte e Nordeste, pela falta de acesso à internet ou a precariedade da conexão à rede.

Relator da indicação na CI, Valdir Raupp (PMDB-RO) afirmou que a falta de acesso à internet limita as possibilidades de crescimento das empresas na Amazônia Legal.

Blairo Maggi (PR-MT) lembrou problemas enfrentados por municípios de Mato Grosso porque não conseguem acessar o sistema on-line adotado pelo Tribunal de Contas do estado.

— Muitos prefeitos são multados por não conseguirem colocar as informações no dia e na hora, mas não o fazem porque não têm internet — disse.

Anibal concordou com os parlamentares sobre a importância estratégica das telecomunicações e defendeu uma política que garanta a universalização da banda larga.

— No momento da privatização do sistema, em 1998, todos os serviços de telecomunicações contabilizavam 28 milhões de assinantes, número que saltou para 370 milhões de assinaturas em julho último, o que representa um crescimento de mais de 1.200%. Não podemos perder de vista que, apesar de todos esses avanços, ainda temos cerca de 30 milhões de



Em sabatina na CI, Anibal ouviu apelo dos senadores pela melhoria da internet

famílias brasileiras sem acesso à internet — disse o indicado.

Anibal ouviu dos senadores apelo para que, no conselho da Anatel, atue de forma a aproximar o Brasil da evolução tecnológica nas telecomunicações, sempre priorizando o cidadão. Hélio José (PSD-DF) e Lasier Martins (PDT-RS) pediram uma atuação mais firme da Anatel sobre as teles, de forma a melhorar a qualidade dos serviços, tanto de internet como de telefonia móvel, e reduzir os preços.

Os senadores também falaram sobre o aplicativo WhatsApp. As operadoras dizem se tratar de um serviço pirata e o ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini, vê como necessária sua regulamentação.

No entanto, o presidente da Anatel, João Rezende, considera que a agência não tem competência para regular aplicativos, que não são serviços de telecomunicações.

— Diz o doutor João Batista Rezende que, se há necessidade de criarmos condições de competitividade, talvez seja necessário baixar a elevadíssima tributação das teles. Engessar o mundo da internet seria um

retrocesso — observou Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

Walter Pinheiro (PT-BA) lembrou que a questão está tratada no Marco Civil da Internet (Lei 12965/2014), que estabelece neutralidade de rede e a forma como conteúdos podem trafegar.

— Não é verdade que não há faturamento no uso do WhatsApp — frisou, ao observar que o aplicativo é acessado por serviço 3G ou 4G, pago à operadora no pacote de utilização, ou por wi-fi, conexão também paga pelo titular.

Anibal concordou com os senadores e se disse contrário à regulamentação do WhatsApp.

Experiência

Diversos senadores elogiaram o trabalho de Anibal no Senado. Primeiro suplente do então senador Tião Viana, ele assumiu o mandato em 2010. Anibal ocupou os cargos de primeiro vice-presidente do Senado e vice-presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Foi relator da Comissão de Avaliação do Programa Nacional de Banda Larga. Entre 1999 e 2006, ocupou o cargo de secretário de Comunicação do Acre.

Senado aprova nome para diretoria da Agência Nacional do Cinema

O Plenário do Senado aprovou ontem, por 52 votos favoráveis, 4 contrários e 1 abstenção, a indicação de Débora Regina Ivanov Gomes para a diretoria da Agência Nacional do Cinema (Ancine).

Débora tem curso de gestão pela Fundação Dom Cabral e pós-graduação pela Fundação Getúlio Vargas. A cineasta já participou de mais de 60 produções, sendo a mais recente o filme *Que Horas Ela Volta?*, indicado para concorrer ao Oscar de Melhor Filme Estrangeiro. A produção venceu o Festival de Berlim e já tem contratos para exibição em mais de 30 países.

Em sua exposição na Co-

missão de Educação, Cultura e Esporte (CE), Débora destacou o fortalecimento do cinema nacional: os filmes produzidos a cada ano saltaram de 30 para 130 e a bilheteria também pulou de 76 milhões para 155 milhões de ingressos por ano.

Débora ressaltou que, como diretora, pretende priorizar a destinação de mais recursos do Fundo Setorial do Audiovisual para a formação profissional de técnicos e produtores de conteúdos locais. Quanto à burocracia que ronda o setor na área pública, afirmou que tenciona enfrentá-la com “métodos mais dinâmicos de gestão”.

Paim lembra 180 anos da Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul

Paulo Paim (PT-RS) destacou que no domingo, dia 20, serão celebrados os 180 anos da Revolução Farroupilha. O senador afirmou que a revolta gaúcha, iniciada em 1835, foi motivada por “uma situação semelhante à dos dias de hoje”: a cobrança excessiva de impostos, que deixava o setor produtivo e a então província do Rio Grande do Sul sufocados.

O senador reclamou que

ainda hoje a União fica com a maior parte do dinheiro dos impostos arrecadados. Além disso, de acordo com ele, há o problema do endividamento estadual.

Segundo o senador, o Rio Grande do Sul devia R\$ 9,7 bilhões no final dos anos 1990. O estado já pagou R\$ 22 bilhões, mas ainda deve R\$ 50 bilhões, afirmou.

— Isso tudo tem que mudar — advertiu.

Jucá pede ao Itamaraty solução para conflito na fronteira com a Venezuela

Romero Jucá (PMDB-RR) reforçou ontem apelo ao Itamaraty por uma solução imediata para o que ocorre em Roraima, na fronteira do Brasil com a Venezuela. Ele informou que, há poucos dias, um sargento da força nacional venezuelana e mais dois homens teriam assaltado, a mão armada, loja em Pacaraima. Segundo o senador, o sargento

está preso em Boa Vista e, como retaliação, a guarda venezuelana está prendendo indevidamente brasileiros em Santa Helena, na Venezuela.

— Isso está criando uma grave crise na fronteira. Mais de dez brasileiros já foram presos do final de semana para cá. Espero que a diplomacia brasileira possa agir rápido e resolver essa questão.

Norte, Nordeste e Centro-Oeste podem ter melhoria na internet

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) aprovou ontem parecer favorável ao PLS 427/2014, que garante mais recursos para a melhoria e, principalmente, a expansão dos serviços de internet nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A proposta é do ex-senador Anibal Diniz — aprovado para compor o conselho da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) — e inclui o acesso à internet entre os setores beneficiados com dinheiro do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). Além disso, prevê a aplicação anual de percentuais

mínimos desses recursos. A intenção do autor é permitir a inclusão digital de populações carentes e que vivem em áreas remotas e de difícil acesso.

O relator, Romero Jucá (PMDB-RR), lembrou que as desigualdades regionais no Brasil se refletem também no acesso aos meios de comunicação digital, o que justifica direcionar recursos do Fust para as regiões brasileiras menos desenvolvidas. O projeto garante percentual mínimo anual de recursos para as três regiões, ficando o Nordeste com 26%; o Norte, com 32%; e o Centro-Oeste, com 12%.

O Fust foi criado para finan-

ciar a implantação de serviços de comunicação que não seriam normalmente prestados pelas companhias privadas em razão de custos e do baixo retorno.

O PLS 427/2014 vai agora para a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) e, depois, para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em decisão terminativa, ou seja, sem a

necessidade de seguir posteriormente para o Plenário.

Requerimentos

Os senadores aprovaram também requerimentos de audiências públicas para debater, entre outros assuntos, a escalada de preços das passagens aéreas para a Região Norte; o Plano de Desenvolvimento da Aviação Regional, lançado em janeiro deste ano pelo governo; o PRS 1/2013, que unifica alíquotas de ICMS entre os estados; e a disputa entre moradores e a Universidade Federal de Goiás (UFG) por uma quadra no Setor Universitário, em Goiânia.



Romero Jucá, relator do texto que destina verba a regiões menos desenvolvidas

Proposta sobre Rio Araguaia pode ser ampliada

Projeto de Kátia Abreu pode ser ponto de partida para a regulamentação do aproveitamento do rio na agricultura, no turismo e na navegação, com preservação ambiental

A PROPOSTA QUE trata da preservação do leito e do curso natural do Rio Araguaia pode se tornar um marco regulatório em relação ao melhor aproveitamento socioeconômico e ambiental do rio. A conclusão foi dos senadores Donizeti Nogueira (PT-TO) e Wellington Fagundes (PR-MT), que participaram ontem de audiência pública sobre a proposta (PLS 248/14) na Comissão de Meio Ambiente (CMA).

O projeto foi apresentado pela senadora licenciada e atual ministra da Agricultura, Kátia Abreu. Donizeti, que presidiu o encontro, acredita que o grande desafio será conciliar a preservação ambiental com a necessidade de desenvolvimento da agricultura, do turismo e da navegação pelo rio. E desde que haja um criterioso estudo de impacto, até mesmo



Donizeti (4º à esq.), ao lado de representantes de ministérios e agências reguladoras, preside a audiência da CMA

a construção de hidrelétricas não é descartada.

— No momento, a principal necessidade é adotar medidas drásticas visando à conservação do solo na região às margens do Araguaia — alerta.

Já Wellington reclamou especialmente da atuação do Ibama na Região Centro-

Oeste. Para ele, o órgão tem uma posição dogmática contra a construção de hidrelétricas no rio, o que, no entender dele, só agrava os problemas socioeconômicos locais.

Para o diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) Adalberto Tokarski, o projeto é

muito restritivo à navegação pelo rio. Ele defende que o desenvolvimento tecnológico das embarcações, hoje, já permite ter uma visão mais liberal em torno do tema. Essa interpretação foi contestada por José Silvério, do Ministério da Agricultura. Ele disse que o objetivo da proposta é

justamente explorar de forma mais racional o potencial turístico e produtivo, conciliando com desafios nas áreas social e ambiental. Como exemplo, disse que uma das prioridades é minimizar o impacto na construção de barragens.

Para Wagner Martins, da Agência Nacional de Águas (ANA), o Araguaia já sofre com o turismo predatório. Ele defende uma regulamentação mais restritiva nessa área.

Mariana Gontijo, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), alertou para o risco de perda da capacidade de geração de energia, se a proposta for aprovada como se encontra. E Luciano Castro, do Ministério dos Transportes, informou que até 2031 o Plano Hidroviário Estratégico não prevê investimentos voltados à navegação.

Projeto busca exploração sustentável da Amazônia e do Cerrado

Projeto que cria a Política Nacional de Desmatamento Líquido Zero da Amazônia Legal e do Cerrado está pronto para análise na Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional, encarregada de avaliar as propostas que integram a Agenda Brasil.

O objetivo do texto (PLS 77/2015) é compensar as áreas degradadas e assegurar a exploração sustentável dos biomas, garantindo “a salvaguarda da biodiversidade, da saúde humana, dos valores paisagísticos, estéticos e turísticos, do regime hídrico e da estabilidade social”.

Apresentado pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO), o PLS 77/2015 regulamenta o parágrafo 4º do artigo 225 da Constituição, que trata a Floresta Amazônica como patrimônio nacional, definindo conceitos e orientando ações para manejo.

O projeto, que tem como relator o senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), também traça regras para o corte ou a supressão da vegetação em áreas rurais e urbanas; para a exploração mineral em áreas degradadas; para a concessão de benefícios ao pequeno produtor rural; e para os planos e programas de pagamento por serviços ambientais instituídos pelo poder público na floresta.

Na proteção e na utilização da Floresta Amazônica, ainda segundo o PLS 77/2015, serão observados princípios

como a função socioambiental da propriedade; a gratuidade dos serviços administrativos prestados ao pequeno produtor rural e às populações tradicionais; e o respeito ao direito de propriedade.

Zoneamento

Outra iniciativa prevista na proposta de Valdir Raupp é a elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal. O trabalho, que deverá ser atualizado periodicamente, tem como objetivo nortear políticas de desenvolvimento, ordenamento territorial e meio ambiente.

A Amazônia Legal compreende os estados do Acre, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá, Mato Grosso e partes do Tocantins, de Goiás e do Maranhão.

O projeto estabelece ainda que os planejamentos estaduais serão concebidos e implementados em articulação com os processos em âmbito federal.

De acordo com o autor, o projeto é dotado de conceitos modernos, que traduzem a evolução das políticas ambientais no Brasil e no mundo. Com isso, acredita ele, o texto envolve a base técnica necessária para a construção do entendimento social em torno do desenvolvimento sustentável na Amazônia.



Desmatamento na Amazônia: texto prevê compensação com o reflorestamento de áreas degradadas

Para o autor, Valdir Raupp, biomas precisam urgentemente de proteção

De 2002 a 2008, quase 130 mil quilômetros quadrados de Cerrado foram destruídos, uma taxa média de 21 mil quilômetros quadrados por ano, segundo o senador Valdir Raupp, autor do PLS 77/2015.

No caso da Amazônia, ele diz que, apesar de o desmatamento ter sido reduzido nos últimos anos, os danos ocorridos são enormes.

— A Floresta Amazônica e o Cerrado necessitam de medidas protetivas

urgentes. Não estou propondo zerar o desmatamento legal, mas que haja uma compensação que seria pelo reflorestamento de áreas degradadas. Seria o desmatamento líquido zero.

O senador acredita que o processo de conscientização da sociedade ocorreu de forma desigual, com uma parcela da população percebendo os benefícios dos cuidados com o meio ambiente e outra ainda voltada para o uso predatório dos recursos naturais.

Política de defesa agropecuária será tema de audiência hoje

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) faz hoje audiência pública para analisar a Política de Defesa Agropecuária desenvolvida pelo governo federal. Desta vez, a comissão vai debater a integração dos entes federativos, órgãos de defesa agropecuária e setor produtivo na defesa agropecuária, por meio

principalmente do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa).

O Suasa é o novo sistema de inspeção, organizado de forma integrada entre União — por meio do Ministério da Agricultura e Pecuária, que coordena o sistema —, estados e municípios. O objetivo é garantir a sanidade animal e

vegetal, a idoneidade dos insumos e serviços e a qualidade e segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos.

Foram convidados representantes do ministério, de secretarias estaduais de Agricultura, da Confederação Nacional de Municípios (CNM), do Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária, das

Confederações Nacionais da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e de associações do setor.

A Política de Defesa Agropecuária é a política pública que será acompanhada pela CRA neste ano. Dário Berger (PMDB-SC) é o relator da avaliação.

ACOMPANHE E PARTICIPE

HOJE, ÀS 8H

► Envie sua pergunta ou sugestão:

• <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

► Portal e-Cidadania:

www.senado.leg.br/ecidadania

► TV: www.senado.leg.br/TV

► Taquigrafia:

<http://bit.ly/comissaoDireitosHumanos>